

PARECERES AMT SOBRE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) emitiu parecer quanto à contratualização de **serviços e tarifários de transporte público de passageiros**!

- Parecer n.º 35/2026 - Procedimento Pré-Contratual para Prestação de Serviço de Transporte Coletivo Urbano Regular de Passageiros da Cidade de **Ponta Delgada**;
- Parecer n.º 19/2026 –Peças do procedimento de contratação pública a lançar para a seleção de operador de serviço público de transporte de passageiros pelo Município de **Lagos**;
- Parecer n.º 18/2026 – Peças do procedimento de contratação pública a lançar para a seleção de operador de serviço público de transporte de passageiros pela Comunidade Intermunicipal do **Alto Minho**;
- Parecer n.º 17/2026 – Contratualização do serviço Transporte Flexível (a pedido) no Município do Sabugal pela Comunidade Intermunicipal **Beiras e Serra da Estrela**;
- Parecer n.º 16/2026 – Contratualização do serviço Transporte Flexível (a pedido) no Município do Fundão pela Comunidade Intermunicipal **Beiras e Serra da Estrela**;
- Parecer n.º 13/2026 - Contrato-programa para prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros para o ano de 2026 - TUMG - Transportes Urbanos da **Marinha Grande**, E.M., Unipessoal S.A.;
- Parecer n.º 14/2026 –Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo Urbano Regular de Passageiros da Cidade de **Ponta Delgada**;
- Parecer n.º 12/2026 - Peças procedimentais relativas à “Contratualização dos serviços de transporte público urbano de **Olhão**”;
- Parecer n.º 11/2026- Acordos de Atribuição de Compensações pela Prestação dos Serviços de Transporte na Comunidade Intermunicipal das **Terras de Trás-os-Montes**;
- Parecer n.º 10/2026- Modificação do contrato para a exploração de serviços de transporte rodoviário de passageiros na **Área Metropolitana de Lisboa** – Lote 3;
- Parecer n.º 7/2026- Peças Procedimentais relativas à Aquisição de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros na Comunidade Intermunicipal das **Beiras e Serra da Estrela**;
- Parecer n.º 5/2026 - Aplicação de Redução Tarifária ao Contrato para a Exploração do Serviço de Transportes Rodoviário de Passageiros na Comunidade Intermunicipal **Alentejo Central**, no Serviço de Transporte Urbano de Vendas Novas e no Serviço de Transporte Urbano de Montemor-o-Novo;

COMUNICADO

- Parecer n.º 3/2026- Modificação do contrato para a exploração de serviços de transporte rodoviário de passageiros na **Área Metropolitana de Lisboa** – Lote 4;
- Parecer n.º 1/2026- Projeto de Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais quanto ao novo serviço de transporte público de passageiros em **Viana do Castelo**.

Quanto a **serviços e infraestruturas ferroviáriasⁱⁱ**, foram emitidos:

- Parecer n.º 6/2026 - Procedimento de conciliação - Acordo relativo ao condicionamento da circulação ferroviária na Linha de Cascais – **CP -Comboios de Portugal e IP – Infraestruturas de Portugal**;

Quanto a **serviços e infraestruturas portuáriasⁱⁱⁱ** e vias navegáveis interiores, foram emitidos:

- Parecer n.º 34/2026 - Aditamento ao Contrato de Concessão de Exploração em Regime de Serviço Público do Terminal Multiusos do Beato, pela **Administração do Porto de Lisboa, S.A.**;
- Parecer n.º 22/2026 - Aditamento ao Contrato de Concessão do Direito de Exploração Comercial, em Regime de Serviço Público, da Atividade de Movimentação de Cargas Contentorizadas no Terminal de Contentores do Porto de Leixões, pela **Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.**;

Quanto a **serviços e infraestruturas rodoviárias^{iv}**, foram emitidos:

- Parecer n.º 32/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens – **Ascendi**;
- Parecer n.º 31/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens – **Infraestruturas de Portugal**;
- Parecer n.º 30/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens - Autoestradas do Baixo Tejo;
- Parecer n.º 29/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens - **Autoestradas do Litoral Oeste**;
- Parecer n.º 28/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens – **Via Livre**;
- Parecer n.º 27/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens – **Autoestradas do Douro Litoral**;

COMUNICADO

- Parecer n.º 26/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens – **Brisal**;
- Parecer n.º 25/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens” – **Autoestradas do Atlântico**;
- Parecer n.º 24/2026 - Avaliação da conformidade legal de Minuta do Regulamento do Setor Serviço Eletrónico Europeu de Portagens e Serviço Eletrónico Nacional de Portagens – **Lusoponte**.

Sem prejuízo do cumprimento de determinações que condicionam o sentido dos pareceres, foi confirmada, no que se refere a pareceres **favoráveis**, a adequação dos procedimentos ao enquadramento legal aplicável. Pelo contrário, nos pareceres 1/2026 e 14/2026, o sentido foi **desfavorável**.

A divulgação dos pareceres é efetuada, no sítio da internet da AMT¹, após a conclusão de todos os procedimentos administrativos e depois de salvaguardados os elementos sujeitos a confidencialidade e/ou segredo comercial.

Lisboa, 27-03-2026

ⁱ Código dos Contratos Públicos, Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro, Regulamento AMT n.º 430/2019, de 16 de maio, alterado pelo Regulamento n.º 273/2021, de 23 de março.

ⁱⁱ Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro, na redação atual, que aprova princípios e procedimentos de fixação e cobrança das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária e de repartição da capacidade da infraestrutura ferroviária

ⁱⁱⁱ Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto, que estabelece o regime de operação portuária, alterado Decreto-Lei n.º 92/2024, de 25 de novembro e Decreto-Lei n.º 9/2022, de 11 de janeiro, que assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2017/352, que estabelece o regime da prestação de serviços portuários e regras comuns relativas à transparência financeira dos portos

^{iv} Decreto-Lei n.º 84-C/2022, de 9 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2023, de 12 de outubro que instituiu o serviço eletrónico nacional de portagens e o seu regime de acesso

¹ [Pronúncias e pareceres da Autoridade da Mobilidade e Transportes](#)